

Por uma nova defesa nacional



Por **MANUEL DOMINGOS NETO***

A necessidade de uma defesa nacional autônoma e coesa é urgente, exigindo uma revisão das políticas atuais e a inclusão de diversos atores sociais para enfrentar os desafios contemporâneos

1.

Desde o tempo encorajados, dos primórdios da aviação e dos veículos automotores as corporações militares brasileiras ajudam a manter a capacidade guerreira das potências imperiais. A Armada brasileira modernizou-se dando lucros aos estaleiros ingleses. As vendas ao Exército eram disputadas pela Alemanha e pela França. A Itália também buscava no mercado de aviação.

Até a conquista da hegemonia, na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos marcavam tímida presença na refrega pelo fornecimento de armas ao Brasil.

Na nova ordem estabelecida, tudo mudou. Forças brasileiras montaram escritórios em Washington e tornaram-se extensão de vasto complexo guerreiro para defender o “Ocidente” do “perigo vermelho”. A indústria e o Exército estadunidenses passaram a fornecer armas, equipamentos, treinamento, doutrinas, valores, conceitos e modelos organizacionais às corporações brasileiras.

As poucas iniciativas em busca de autonomia foram restritas e descontínuas. As mais notáveis, protagonizadas pelo almirante Álvaro Alberto e pelo brigadeiro Casemiro Montenegro, buscaram o domínio das tecnologias nuclear e aeronáutica. Os dois travaram corrida de obstáculos.

Há três décadas, quando a químérica unipolaridade cambaleou diante da preservação do poderio militar russo e da ascensão chinesa, a necessidade de a Defesa brasileira buscar caminho próprio ficou gritante.

Mas os planos neste sentido não incluíam uma condição básica: a coesão nacional. A soberba castrense exprimiu-se no persistente enaltecimento da ditadura instalada em 1964 e no gosto pela atuação em Segurança Pública.

Em busca de legitimidade e dispendo de larga autonomia, as corporações agravaram seu distúrbio de personalidade funcional originário exercendo atividades da órbita de instituições civis e da iniciativa privada.

Acostumadas a tomar os vizinhos como inimigos, as corporações evitaram parcerias estratégicas que viabilizassem a produção de material militar em escala rentável. Não apostaram no potencial da comunidade acadêmica nem na capacidade industrial instalada.

a terra é redonda

Enfim, não superaram a mentalidade cristalizada em um século de dependência de potências estrangeiras. Persistiram dando lucros ao complexo ocidental conduzido pelo Pentágono. Optando por uma descabida divisão de trabalho, dedicaram-se à manutenção da ordem interna. A Defesa nacional ficaria no âmbito da segurança hemisférica capitaneada por Washington.

2.

Tal opção abriu cancha ao ativismo político de seus integrantes. Hoje, alguns militares respondem judicialmente por crimes contra a ordem democrática enquanto os comandos se empenham em amenizar desgastes da imagem das corporações.

Eis que surge Donald Trump. Sua agressividade apaga a aura de civilização usada pelos Estados Unidos para manter o controle de boa parte do Planeta. Desmonta a imaginária terra da liberdade e da democracia. Anula a ideia de “bons propósitos” necessária ao uso da força bruta.

Donald Trump ajuda a mostrar a insustentabilidade da dependência de mais de 80 anos que o Brasil manteve com Washington. Alguns imaginam que o tarifaço atingiria, sobretudo, o Exército brasileiro, posto que o principal projeto da Marinha é desenvolvido com a França e o novo caça da FAB resulta de negócio com a Suécia.

Essas preocupações são descabidas. Os meios de Defesa, por definição, são complementares e interdependentes. Não podem ser avaliados de forma estanque. Embarcações fabricadas com a França e aviões suecos são mobiliados com engenhos produzidos e controlados pelos Estados Unidos. Há muito a Europa otanizada, como disse Avelãs Nunes, não atua soberanamente em matéria militar.

É também impensável que o tarifaço prejudique a indústria de guerra estadunidense, que conta com aportes dos quatro cantos do mundo, inclusive do colosso chinês. As análises do quadro internacional serão inconsistentes caso desconsiderem a dimensão militar na economia globalizada.

Em matéria de Defesa Nacional, um ensinamento a ser colhido das celeumas provocadas pelo governante estadunidense é que o Brasil precisa buscar objetivamente sua autonomia em armas e equipamentos.

Isso não significa saltar do terreno de Washington para o dos desafiantes euroasiáticos. A definição da nova ordem global não tem prazo para acabar e, seguramente, não ocorrerá sem banhos de sangue. O imponderável está na ordem do dia, inclusive em termos de material militar. O campo de batalha e os procedimentos guerreiros sofrerão mudanças difíceis de imaginar.

Precisamos de uma revisão profunda da Defesa Nacional, tarefa que não podem ser entregue exclusivamente aos militares e especialistas civis. Defesa é política pública abrangente. Envolve múltiplos atores e precisa do apoio da sociedade.

A soberania nacional entrou em debate com a ajuda de Donald Trump. A ausência de propostas concretas para o futuro da nação abre espaço para demagogos e aventureiros que se vestem de patriotas, remetendo ao alerta de Samuel Johnson, em 7 de abril de 1775: “o patriotismo é o último refúgio do canalha” (*patriotism is the last refuge of a scoundrel*).

Será canalhice o discurso patriótico que não combata as desigualdades e defenda comida para o povo, amizade com os vizinhos, autonomia energética, defesa ambiental, desenvolvimento científico e tecnológico e produção própria de armas e equipamentos militares.

***Manuel Domingos Neto** é professor aposentado da UFC, ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa

(ABED). Autor, entre outros livros de O que fazer com o militar - Anotações para uma nova Defesa Nacional (*Gabinete de Leitura*). [<https://amzn.to/3URM7ai>]

A Terra é Redonda